

Previsão: contas equilibradas no próximo ano.

— A perspectiva é eliminar o déficit em contas correntes do balanço de pagamentos no próximo ano — afirmou ontem em São Paulo o diplomata Tarcísio Marciano da Rocha, coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. (Esse déficit, que é o mais importante indicador das contas externas, atingiu US\$ 14,8 bilhões em 1982, US\$ 6,2 bilhões em 1983 e deve chegar a US\$ 4 bilhões este ano, conforme dados revistos mencionados por Rocha, já que o Banco Central, até março, trabalhava com a hipótese de US\$ 5,3 bilhões.)

O coordenador do Ministério da Fazenda, falando a empresários, defendeu o crescimento do comércio internacional, que na sua opinião ficou estagnado por causa do nível das taxas de juros nos Estados Unidos, por sua vez determinado pelas dimensões do déficit público norte-americano e da forma utilizada pelo governo para neutralizá-lo.

Rocha acredita que o Brasil já está superando sua crise econômica, que depende da eliminação do problema das contas externas.

— Não desmantelamos nossa economia por causa da crise, apesar dos problemas aqui e ali — afirmou. Acho que antes de qualquer outro país já estamos começando a ver a retomada. A chave é o ajuste do balanço de pagamentos, um dos parâmetros mais importantes para o ajuste interno e externo.

Acreditando num aumento das importações este ano, num processo que deverá ser muito mais intenso em 85, o coordenador do Ministério da Fazenda disse que os bons resultados da balança comercial dependem da eficiência da política de comércio com a América Latina, os Estados Unidos, os países do Segundo Mundo (União Soviética e outras nações comunistas) e com a China, cuja abertura econômica para o Exterior constitui, em sua opinião, o fato mais importante para o comércio, nesta década.

Mas a China, observou, quer absorver tecnologia, portanto não adianta pretender simplesmente exportar para lá. "A China resolveu o problema habitacional e alimentar de um bilhão de pessoas, mas a níveis mínimos de consumo e utilização máxima do território, do qual somente 1/3 utilizável. Será a segunda maior locomotiva comercial após os Estados Unidos" — previu.

Estados Unidos

Marciano da Rocha disse que o Brasil não tem um forte comércio internacional com os Estados Unidos, mas com Nova York, daí decorrendo que temos um grande espaço para ocupar naquele país, enfatizando a importância de áreas como Chicago, a região dos Lagos e a Costa Oeste. "Podemos dobrar rapidamente o comércio com os Estados Unidos, e por isso nos apressamos em concluir o programa com o Eximbank." Em sua opinião, "protecionismo é coisa normal, temos que enfrentá-lo. Se o comércio é regulado pelos Trade Acts norte-americanos, temos que saber as regras e usá-las, até dentro da Justiça americana". Recordou que exportamos quase US\$ 5,1 bilhões para os Estados Unidos em 1983 e já chegamos a US\$ 3 bilhões até agora, em 1984. "Poderemos a médio prazo chegar a US\$ 8 a US\$ 10 bilhões de exportações e US\$ 7 a US\$ 8 bilhões de importações" — prognosticou.

O coordenador do Ministério da Fazenda defendeu a urgência de recuperar o comércio latino-americano, admitindo que o Brasil perdeu US\$ 5 bilhões só nessa área, em volume de comércio. Em sua opinião, isto se deveu à crise financeira internacional, que atingiu México, Argentina, Peru, entre outros, que paralisaram completamente suas importações. Enquanto isso, seria inconveniente vender a países cuja economia não está plenamente organizada, como Bolívia e Paraguai.

Marciano da Rocha admitiu que até agora o Brasil não teve bons resultados no comércio com os países comunistas, mas considerou que eles representam um mercado potencial de 600 milhões de pessoas, que poderiam comprar produtos agrícolas, a exemplo do milho, objeto de negociação com a União Soviética. "Os Estados Unidos vão reclamar — explicou —, porque são nossos maiores competidores em comércio de commodities agrícolas." E Acrescentou que o Brasil tem tido dificuldades, por causa da concorrência, até em países tradicionalmente compradores como o Egito e o Paquistão, ressaltando que os Estados Unidos estão vendendo com 30 anos de prazo e incluindo doações.